



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0014990-64.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **Inquérito Policial (Flagrante) - 96/2011 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Edson Taffarel Baptista**
 Artigo da Denúncia: *

Audiência de instrução e julgamento nos autos do Processo Crime nº **630/2011** que a Justiça Pública move contra **EDSON TAFFAREL BAPTISTA**, realizada no dia 31 de outubro de 2013, sob a presidência do **DR. CLÁUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito Titular da Vara. Apreogados, verificou-se a presença do DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, escoltado, acompanhado da Defensora DRA. SANDRA MARIA NUCCI - OAB Nº 125.555. Iniciados os trabalhos pelo MM. Juiz foram inquiridas três testemunhas, sendo uma arrolada em comum pela partes, LUÍS APARECIDO MELNICKY, e duas arroladas pela defesa, JOÃO PAULO ALESSANDRO DA SILVA e MARIA JUVENTINA BAPTISTA, tendo sido realizado o interrogatório do acusado EDSON TAFFAREL BAPTISTA (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). A defesa desistiu da oitiva da testemunha CARLA CRISTINA DA SILVA, o que foi homologado. Diante da presença do acusado o MM. Juiz relevou sua revelia. O interrogatório do acusado foi feito após a oitiva das testemunhas de acusação e de defesa, nessa ordem, a fim de assegurar a ampla defesa. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra Edson Taffarel Baptista pela prática de crime de tráfico de drogas. Instruído o feito, requeiro a parcial procedência. Ainda que tenha ocorrido apreensão de significativa quantidade de droga, cocaína e maconha, o certo é que a prova dos autos não demonstrou efetivamente a prática do tráfico, extraindo tal conclusão apenas pelas porções encontradas no interior da casa. Ainda que o acusado possua condenação por tráfico, a prova referente ao fato descrito na denúncia não é segura ao ponto de afirmar que o acusado praticava tráfico no interior da casa de seus pais. A genitora do acusado foi ouvida e confirmou que seu filho apenas consumia droga no interior da casa, onde ela exercia a profissão de costureira. Diante desse relato e considerando que o acusado Edson admitiu que parte da droga apreendida era sua e para seu uso, requeiro a desclassificação delitiva para o crime de porte de droga e aplicação da pena de advertência, considerando que o acusado está preso por outro delito. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: Reitero os fundamentos do pedido de absolvição do Ilustre Representante do Ministério Público. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. EDSON TAFFAREL BAPTISTA,**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

qualificado, foi denunciado como incurso nas penas do art. 33, “caput” da Lei nº 11.343/06, sob a acusação de que em dia, horário e local constante da inicial praticou crime de tráfico de drogas. Foi citado, interrogado, colhendo-se os depoimentos de quatro testemunhas. Em alegações finais o Ministério Público pediu a parcial procedência no que foi seguido pela defesa. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos pelo representante do Ministério Público e os tomo como minhas razões de decidir. Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido contido na denúncia condenando-se o réu EDSON TAFFAREL BAPTISTA à pena de ADVERTÊNCIA, por infração ao artigo 28, da Lei nº 11.343/06. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se”. **Pelo acusado e sua Defensora foi manifestado desejo de não recorrer da presente decisão.** Diante da manifestação das partes, desde já, o MM. Juiz deliberou a realização da advertência do réu em termo apartado, aguardando-se o trânsito em julgado. Nada mais. Eu, _____, escrevente, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensora:

Acusado: